

SEXTO DIA DO JULGAMENTO DO ESCÂNDALO DAS "DÍVIDAS OCULTAS"

Ndambi Guebuza nega todas as acusações, não se lembra de quase nada e ataca a Procuradoria-Geral da República

- "Mas que pergunta! Não vejo qual é a lógica dessa pergunta." Foi assim que Armando Ndambi Guebuza respondeu à pergunta sobre se ainda era amigo do réu Bruno Langa, a primeira colocada pela representante do Ministério Público, Ana Sheila Marrengula. A pergunta era simples e directa, mas no lugar de responder com um sim ou não, o filho do antigo Presidente da República preferiu partir para o ataque, revelando a conturbada relação entre a família Guebuza e a Procuradoria-Geral da República (PGR).



Já em Setembro de 2020, quando o Conselho de Estado reuniu para autorizar a audição do antigo Presidente da República na PGR sobre o escândalo das “dívidas ocultas”, Armando Guebuza manifestou a sua desconfiança em relação àquele órgão. “Iremos prestar os esclarecimentos solicitados sem, no entanto, deixar ficar a nossa desconfiança em relação à constante e desconforme actuação da Procuradoria-Geral da República”¹, disse Guebuza, na reunião do Conselho de Estado de 15 de Setembro de 2020. Ontem foi a vez do filho de manifestar a mesma desconfiança em relação à PGR. Perante a presença indisfarçável do pai (Armando Guebuza) na tenda onde decorre o julgamento, Ndambi Guebuza disse o seguinte: “Eu não confio em vocês. Vocês são mentirosos. Vocês são mentirosos”, repetiu olhando para a representante do Ministério Público.

O reu disse que a sua detenção faz parte de uma campanha de perseguição política de que é vítima a sua família: “A PGR é o veículo utilizado para perseguir não só a minha família, mas também os combatentes da luta de libertação nacional deste País. A missão da PGR é perseguir, maltratar, denigrir a imagem e prender. Não foi por acaso que tentaram envenenar a minha família. O que é que a PGR fez até agora? Nada. Toda a minha família corria o risco de morrer. O veneno foi colocado no pudim. Eu tinha que ser detido logo no primeiro mandato para se garantir o terceiro mandato. A PGR foi a máquina criada para a perseguição política. A minha irmã (Valentina Guebuza) foi assassinada. Eu estou aqui para colaborar com o tribunal porque já vi que com a PGR foi uma lástima”.

O juiz Efigénio Baptista teve que intervir para chamar atenção ao reu, afirmando que compreendia a sua revolta devido à situação em que se encontra, tendo presente a figura que ele é. “Vamos estabelecer um acordo: Se o Ministério Público fizer uma pergunta e o senhor achar que não quer responder, diga que não quer responder”. Questionado em que circunstâncias conheceu Iskandar Safa e Jean Boustani, respectivamente proprietário e gestor do grupo Privinvest, Ndambi respondeu que foi nos Emirados Árabes Unidos, para onde viajara para participar de uma feira de negócios. “Eles contactaram-me”.

Sobre o reu António Carlos do Rosário, oficial superior dos serviços secretos (SISE), respondeu afirmando que o conhece, mas não tem nenhuma relação com ele e nega terem viajado juntos tanto para Alemanha como para Abu Dhabi. O Ministério Público confrontou o reu com o rela-



tório da viagem à Alemanha, onde consta o seu nome. Ndambi Guebuza respondeu nos seguintes termos: “Não tenho conhecimento desse relatório. Eu também posso escrever o seu nome. Cada pessoa é livre de escrever o que quer”. Foi ainda confrontado com o relatório da viagem a Abu Dhabi, onde constam fotos em que ele aparece ao lado dos réus Teófilo Nhangumele, Bruno Langa e António Carlos do Rosário, nos escritórios do grupo Privinvest, com Iskandar Safa. Em resposta, repetiu que viajou para explorar oportunidades de negócios.

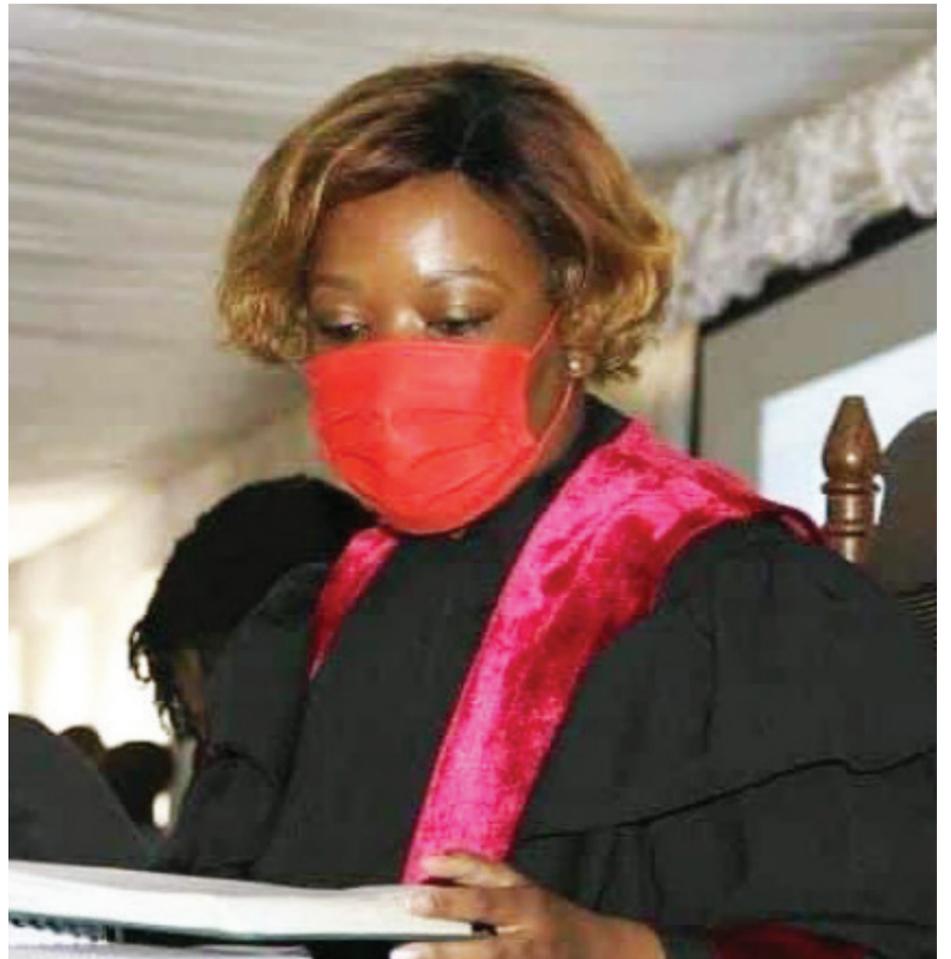
Respondendo a uma perguntada do juiz da causa, Ndambi teria dito que, quando seu pai era Presidente da República, quem tratava de questões logísticas das suas viagens era o Protocolo do Estado. “Sempre que tivesse uma viagem, informava ao Protocolo do Estado e tratava de tudo, incluindo das passagens”. Esta afirmação levou o Ministério Público a questionar se o Protocolo do Estado pagava inclusive as suas viagens privadas na qualidade de filho de Presidente da República. Ndambi explicou: “Como filhos do Presidente, tínhamos direitos e regalias. E isso acontece neste momento com os filhos do actual Presidente da República. Em todas viagens, os filhos do Presidente têm direito a Protocolo de Estado”.

O Ministério Público lembrou ao reu que quando foi ouvido em 2019 pelo juiz de instrução criminal, Délio Portugal, ele teria

dito que não tinha conta em Abu Dhabi. “Agora está a dizer exactamente o contrário, que tem conta em Abu Dhabi. O senhor faltou à verdade”. Ndambi Guebuza não gostou e atirou: “Não faltei à verdade. Perguntaram-me se tinha aberto conta bancária em Abu Dhabi para receber subornos. Eu não confio em vocês. Vocês são mentirosos. Vocês são mentirosos”. Apesar das respostas do reu que denotavam falta de respeito para com o tribunal, a representante do Ministério Público não desistiu de colocar as perguntas. Depois de informar ao reu que o SISE havia confirmado que pagou todos os custos da viagem a Abu Dhabi de Janeiro de 2012, incluindo ajudas de custo a Ndambi Guebuza, Bruno Langa, Teófilo Nhangumele e António Carlos do Rosário, a representante do Ministério Público questionou: “O que tem a dizer em relação a isto”. O reu respondeu que foi o Protocolo de Estado que tratou das suas passagens.

Na acusação, consta que foi Bruno Langa que, a pedido de Teófilo Nhangumele, contactou Ndambi Guebuza para que fizesse chegar a proposta do grupo Privinvest ao pai, na sua capacidade de Presidente da República. Ndambi teria exigido uma recompensa em dinheiro para fazer chegar o documento. Questionado pelo Ministério Público, o reu negou tudo. “Não recebi nenhum documento de Bruno e não entreguei nada ao meu pai. Como Presi-

¹ <https://www.dw.com/pt-002/mo%3%A7ambique-pgr-chama-armando-guebuza-para-falar-sobre-d%3ADvidas-ocultas/a-54972242>



dente da República, meu pai tem canais próprios, tem os seus assessores. Nunca fiz nenhuma solicitação de dinheiro ao Bruno. A senhora é procuradora e deve saber que o Presidente da República tem canais próprios. A senhora está a dizer que eu é que governava o País?"

Ana Sheila Marrengula não gostou de ser tratada por senhora e pediu que o tribunal advertisse o reu sobre a necessidade manter o respeito. "Não admito que o réu se dirija a mim na qualidade de senhora. Estou aqui a exercer uma função de Estado. Não há aqui nenhuma relação de proximidade. Deve haver ponto de ordem, não há necessidade de falta de respeito. Agradeço que o reu saiba se dirigir a mim". E juiz teve que intervir, chamando atenção ao Ndambi Guebuza: ""Meu caro, já lhe pedi para ser mais calmo, responde às perguntas do Ministério Público. Se não quiser responder, diga que não quer. Ela quer ser tratada por digna procuradora".

O interrogatório continuou com o Ministério Público a perguntar se o reu tinha algum documento sobre a relação de "parceria" que disse que tinha com Jean Boustani. "Acredito que os meus advogados podem apresentar alguns documentos. E não queria voltar a falar mais sobre esse assunto", respondeu. À pergunta sobre como é que explica o facto de os documentos para abertura das contas em Abu Dhabi para ele, Bruno e Nhangumele terem sido emitidos no mesmo dia, o reu disse que não tinha resposta. E atirou: "Se quer saber liga para a Prinvest. Eles é

“Não recebi nenhum documento de Bruno e não entreguei nada ao meu pai. Como Presidente da República, meu pai tem canais próprios, tem os seus assessores. Nunca fiz nenhuma solicitação de dinheiro ao Bruno. A senhora é procuradora e deve saber que o Presidente da República tem canais próprios. A senhora está a dizer que eu é que governava o País?”



que trataram dos documentos".

Segundo o Ministério Público, uma das viagens a Abu Dhabi, concretamente a viagem de Março de 2013 em que Ndambi e Bruno iam receber a primeira prestação de 60% dos valores acordados com Prinvest, coincidiu com a visita do Presidente da República, Armando Guebuza, à mesma cidade com o objectivo de conhecer os estaleiros daquele grupo empresarial. Sofre este facto, o reu apenas confirmou ter viajado várias vezes a Abu Dhabi, mas disse que não se lembrava das datas e que nunca viajou para receber quaisquer valores.

No seu computador portátil apreendido pelas autoridades foram encontrados vários emails ligados ao projecto da protecção da zona económica exclusiva, às viagens a Abu Dhabi e a várias transferências dos 33 milhões de dólares que recebeu do grupo Prinvest. O Ministério Público questionou ao reu sobre a transferência de 1,5 milhões de dólares feita pelo Prinvest para uma empresa turca referente à compra de dois imóveis num luxuoso condomínio da cidade da Matola. Ndambi Guebuza voltou a responder com arrogância: "A senhora não me falta com respeito". Mais uma vez, o juiz teve que pôr ordem na sala. O Ministério Público continuou com as perguntas: "O senhor Armando Ndambi Guebuza é dono de um imóvel localizado em Pretória?" O reu voltou a responder de forma arrogante e desrespeitosa: "A senhora está a fazer campanha política comigo?"



Firma sul-africana Jouberts Attorneys foi o principal canal usado para receber o dinheiro do Prinvest

A primeira transferência do grupo Prinvest para a conta de Ndambi Guebuza domiciliada em Abu Dhabi ocorreu no dia 26 de Março de 2013. Foram 14 milhões de dólares, correspondentes a 60% dos 33 milhões de dólares. “O senhor disse que não prestava nenhum trabalho a Prinvest; que não era trabalhador da Prinvest; e disse que nunca recebeu dinheiro da Prinvest. Certo? Mas tenho aqui uma transferência de 14 milhões de dólares 26 de Março de 2013, um dia depois de Bruno e Teófilo terem recebido, cada um, 5.100.000 de dólares – correspondentes a 60% do valor total. A ordem de transferência de 14 milhões de dólares foi enviada pela Prinvest para o seu email. O senhor Ndambi assinou a confirmar a recepção do valor e enviou de volta o email”, descreveu o juiz da causa, citando emails encontrados no computador de Ndambi Guebuza. Mas o seu negou: “Não recebi 14 milhões de dólares da Prinvest. É falso. Algo pode estar errado. A assinatura pode ter sido falsificada.”

O escritório sul-africano de advogados Jouberts Attorneys foi o principal canal que Ndambi Guebuza usou para receber o dinheiro do Prinvest. Por exemplo, a primeira transferência do Prinvest para a conta do Jouberts Attorneys, domiciliada no banco FNB, foi de 25,5 milhões de rands. Sucede que a firma de advogados tinha de justificar ao banco a recepção do dinheiro e pediu ao Ndambi que explicasse a sua relação com o grupo Prinvest. A informação lida pelo juiz consta dos emails encontrados no computador de Ndambi Guebuza, mas o seu não sou se explicar os factos.

O grupo Prinvest voltou a fazer outras

transferências da sua conta no First Gulf Bank de Abu Dhabi para a conta da firma sul-africana Jouberts Attorneys: sete (7) milhões de rands no dia 17 de Junho de 2014; 18,9 milhões de rands no 23 de Dezembro de 2014; 31,6 milhões de rands no 30 de Dezembro de 2014; 8,7 milhões de rands no dia 22 de Junho de 2015. Após a recepção do dinheiro, a Jouberts Attorneys informava ao seu Ndambi Guebuza e ele, por sua vez, ordenava transferências para compra de bens e pagamento de serviços. Questionado pelo juiz sobre estava interessado em ver os emails referentes às transferências, Ndambi respondeu negativamente. “Não preciso ver os emails. A PGR já divulgou os emails quando eu estava detido. Foi isso que fizeram para justificar a minha detenção”. À pergunta se confirmava a recepção do dinheiro, o seu respondeu que sim, e que o mesmo era resultante da parceria que tinha com Jean Boustani.

A Pam Golding Properties é outra firma sul-africana citada pelo juiz como tendo sido usada por Ndambi Guebuza para receber dinheiro da Prinvest. Em Dezembro de 2013, recebeu uma transferência de 800 mil dólares e no dia 23 de Abril de 2014 recebeu 10,5 milhões de rands. O Ministério Público estranhou o facto de algumas transferências do Prinvest para Jouberts Attorneys terem sido afectuadas por Batsatsane, a partir da sua conta no Líbano. Batsatsane é a cidadã sul-africana que terá apresentado, pela primeira vez, a proposta de projecto de protecção da zona económica exclusiva do grupo Prinvest às autoridades moçambicanas.

Aplicações de dinheiro em viaturas top de gama

Além de imóveis, Ndambi aplicou o dinheiro na compra de viaturas luxuosas. Além dos dois apartamentos na Matola, na capital sul-africana Pretória, o seu terá comprado duas casas, sendo que uma delas custou 11 milhões de rands. Gastou perto de cinco milhões de rands em obras de reabilitação e apetrechamento do imóvel. Ainda na África do Sul, comprou um imóvel para Valentina Guebuza, sua irmã assassinada pelo marido em Dezembro de 2016.

A longa lista de viaturas compradas inclui Rolls-Royce (por 2,2 milhões de rands); Ferrari (4, 1 milhões de rands); Rolls-Royce; BMW X5; BMW X6; Ferrari (6,1 milhões de rands); Land Rover Discovery branco (886 mil rands); Land Rover Discovery preta; mais uma Land Rover Discovery preta, Aston Martin (4,1 milhões); McLaren Spider (5 milhões de rands); McLaren (4,9 milhões de rands); Rolls-Royce (7 milhões de rands); Maserati (1,6 milhões de rands); BMW X5, Ferrari 458 Speciale. Algumas viaturas foram oferecidas a pessoas identificadas no processo. O juiz falou ainda de uma aeronave fretada por quatro dias e que partiu de África do Sul para Vilanculo, destino turístico de eleição em Moçambique, na qual Ndambi Guebuza fazia-se acompanhar por outras pessoas que se acredita serem amigos.

Questionado sobre estes factos, o seu respondeu: “Gostaria de não falar sobre a minha parceria com Boustani e sobre as aplicações. Todos os dias é a mesma canção. Fez isto, roubou isto, a PGR fez isso”. E prosseguiu na sua narrativa contra o guardião da legalidade: “O Ministério Público mandou isso para o Jornal Notícias. Disseram que eu sou ladrão e criminoso. O juiz acha justo isso? Eu tenho família. A minha família poderia ser raptada devido à divulgação dessas informações. O Ministério Público não foi sério com este processo. Até o Jornal Notícias, que acho ser o mais sério do País, publicou informações sobre a minha pessoa. Eu fui criminoso logo após a minha prisão”. O juiz mostrou-se muito complacente com o seu e disse que compreendia o seu sentimento contra o Ministério Público. Mas pediu que ele ficasse calmo e respondesse às perguntas.

Privinvest enviou 7.427 garrafas de vinho para a Presidência e uma encomenda não descodificada

Quando o Ministério Público parecia ter esgotado as perguntas que deixavam o réu nervoso, eis que a magistrada Ana Sheila Marrengula voltou a citar um email de Boustani enviado a Ndambi Guebuza, a 31 de Março de 2013. No referido email encontrado no computador do réu, Boustani informa que fretou um avião que iria partir da França com destino para Maputo, transportando caixas de diversas bebidas: 7.427 garrafas de vinhos. E Boustani escreveu: “Enviamos a caixa de vinho para Presidência”. A frase sugere que o vinho era um presente do grupo Privinvest à Presidência da República. “Porquê é que

o senhor Ndambi Guebuza tinha que ser informado sobre essa mercadoria que ia à Presidência da República?” – questionou o Ministério Público. Resposta: “Prefiro que se faça um videoconferência com Jean Boustani para ele explicar porque enviou para mim”.

O Ministério Público insistiu nas perguntas, pois queria saber porquê razão o vinho enviado à Presidência não passou pelas Alfândegas e o que tinha na segunda encomenda a que se referiu Boustani. “No email enviado para si, o senhor Boustani escreveu que eram duas encomendas que vinham no avião. Já sabemos que uma era

vinho e a outra? O que tinha na segunda encomenda”, indagou a magistrada Ana Sheila Marrengula. O réu perdeu a cabeça e respondeu: “Pergunte ao Jean Boustani? A senhora quer vinho?” O juiz interveio prontamente: “Senhor Armando, não volte a fazer isso. Não falte ao respeito às pessoas. Não falte ao respeito ao Ministério Público. Cresceu num ambiente de educação”.

Mais calmo, respondeu que nunca tinha visto o email, que não sabe do vinho enviado à Presidência da República e muito menos do facto de a mercadoria não ter passado pelas Alfândegas.

Ndambi Guebuza não se lembra de quase nada e diz que não tem memória de elefante

“Não me recordo, já passa muito tempo”, “não me recordo”, “não posso precisar as datas”... foram as respostas que marcaram a primeira parte da audição. Ndambi Guebuza não se lembrava de quase nada e negava tudo. Disse que não esteve envolvido em nenhum projecto de protecção de zona económica exclusiva; que apenas conhece seu amigo Bruno Langa e foi com ele que viajou para Alemanha e Abu Dhabi; que seu objectivo nessas viagens era explorar oportunidades de negócios e tratar de assuntos relacionados com a sua “parceria” com Boustani. Apesar de ter estado em todas as viagens com Teófilo Nhangumele e António Carlos do Rosário, disse que não sabia a que propósitos aqueles viajavam.

Admitiu que numa das viagens, além do amigo Bruno, foi com Nhangumele, apesar de antes ter afirmado que só o conheceu agora que os dois estão detidos. O juiz quis saber se nessa viagem a Abu Dhabi tinham partido juntos de Maputo, ao que o réu respondeu que não podia precisar. O juiz insistiu: “Onde se encontraram para viajar?” E Ndambi respondeu que já não se lembrava. “Não tenho memória de elefante”, atirou. E o juiz reagiu: “Mas nós queremos memória de uma pessoa comum. Mutota, com mais de 60 anos, recordou-se de coisas de 2008. Senhor Teófilo também, que é muito mais velho que senhor Ndambi... Mas o senhor tem pouco mais de 40 anos e não se lembra de nada.”

Mas o réu insistia na sua versão de curta

“Onde se encontraram para viajar?” E Ndambi respondeu que já não se lembrava. “Não tenho memória de elefante”, atirou. E o juiz reagiu: “Mas nós queremos memória de uma pessoa comum. Mutota, com mais de 60 anos, recordou-se de coisas de 2008. Senhor Teófilo também, que é muito mais velho que senhor Ndambi... Mas o senhor tem pouco mais de 40 anos e não se lembra de nada.”

memória. Tão curta que já não se lembrava do hotel onde hospedou e nem se esteve com os outros réus. “Não me lembro, o meritíssimo juiz está a ir para os detalhes”. Outra justificação para os seus lapsos de memória tem que ver com o facto de ter feito muitas viagens. “Não posso dizer

quando fui, fui lá várias vezes e já não me recordo das datas, do mês e do ano”.

O juiz mostrou fotos em que os réus Ndambi, Bruno e Teófilo estão num jacto privado do grupo Privinvest que os transportava de Maputo a Abu Dhabi. Eram os únicos passageiros. O juiz pergunta: “A troco de quê a Privinvest disponibilizou um jacto privado para os senhores?” O réu respondeu nos seguintes termos. “Nós temos uma concepção do terceiro mundo e na altura eu também não percebia. Mas lá é normal um empresário ter sete jactos privados”. O juiz concordou: “É normal a Privinvest ter mais de 50 jactos privados. Mas a pergunta é: a troco de quê a Privinvest levou-vos no seu jacto privado”. Mas a pergunta não teve resposta.

A uma pergunta do juiz, confirmou ter conta bancária em Abu Dhabi, mas não se lembrava do nome do banco. “Estou preso há quase três anos e não lembro do nome”, justificou-se. Nas suas palavras, a conta foi aberta pelo seu parceiro Jean Boustani.

Esta terça-feira, Ndambi volta ao interrogatório e desta vez para responder às perguntas da Ordem dos Advogados de Moçambique, assistente no Processo Nº 18/2019-C, e da defesa. Ontem não se apresentou de fato laranja, o uniforme do sistema prisional. Trazia as calças da cadeia, mas a camisa e o casaco eram roupas civis. Ao contrário dos réus Cipriano Mutota e Nhangumele que foram ao interrogatório vestido a laranja. De cima para baixo.



INFORMAÇÃO EDITORIAL:

Propriedade: CDD – Centro para Democracia e Desenvolvimento
Director: Prof. Adriano Nuvunga
Editor: Emídio Beula
Autor: Emídio Beula
Equipa Técnica: Emídio Beula, Ilídio Nhantumbo, Isabel Macamo, Julião Matsinhe, e Ligia Nkavando.
Layout: CDD

Contacto:
 Rua de Dar-Es-Salaam Nº 279, Bairro da Sommerschild, Cidade de Maputo.
 Telefone: +258 21 085 797

CDD_moz
E-mail: info@cddmoz.org
Website: http://www.cddmoz.org

PARCEIRO PROGRAMÁTICO



PARCEIROS DE FINANCIAMENTO

